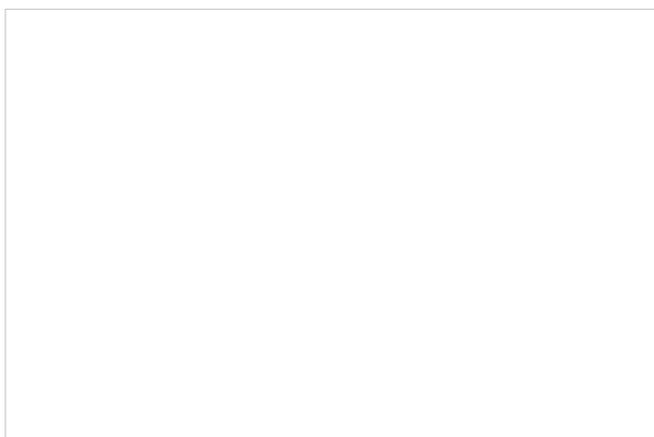


Mecanismos de transparência e combate à corrupção de Minas Gerais são debatidos em evento em São Paulo

Seg 31 julho

O governador Romeu Zema participou, nesta segunda-feira (31/7), em São Paulo, de debate sobre os dez anos da Lei Anticorrupção no Brasil, promovido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa pela Transparência Internacional (Insper). Hoje, Minas ocupa o primeiro lugar na Escala Brasil Transparente e o segundo no Índice de Transparência e Governança no ranking da Transparência Internacional Brasil.



Cristiano Machado / Imprensa MG

Zema foi um dos convidados do painel “Próximos passos da Lei Anticorrupção no Âmbito Federal e nos Estados”, que também contou com a participação do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

O governador lembrou que várias frentes de trabalho foram iniciadas para que as recuperações econômica e de identidade do Estado, iniciadas em 2019, fossem alcançadas com mais agilidade. Segundo ele, uma das frentes foi o fortalecimento da [Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais \(CGE\)](#).

“Dei total autonomia para que o controlador Rodrigo Fontenelle pudesse atuar. Desde então, passamos a ter um trabalho profissional e com maior abrangência possível, seja na administração direta, seja nas autarquias e estatais. Outro ponto foi agilidade nas ações disciplinares. Saímos da 20ª colocação no ranking de transparência para o primeiro lugar”, comemorou.

Zema disse, ainda, que o [Governo de Minas](#) está sempre em busca de novas ações para melhorar o grau de transparência do Estado. Segundo ele, os mecanismos de controle e governança dão maior eficiência à gestão - pública ou privada.

O chefe do Executivo mineiro também destacou o trabalho desenvolvido junto à Associação Mineira de Municípios (AMM) para que as prefeituras estejam munidas de ferramentas anticorrupção.

Resultados

Na atual gestão, cinco acordos de leniência foram celebrados no estado. Ao todo, foram ressarcidos R\$ 406,3 milhões aos cofres públicos e investidos em políticas públicas nas áreas da

Saúde e Educação, por exemplo.

Até o fim de 2022, 42 consultorias em gestão de riscos foram realizadas em 34 órgãos/entidades do Governo de Minas. Ao todo, 44 órgãos/entidades foram avaliados em relação a suas estruturas de controle interno com o objetivo de prevenir erros e corrupção.

Em Minas Gerais, 100% dos órgãos e entidades aderiram ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), sendo o Estado com maior índice de implementação. O programa visa promover a integridade e auxiliar no combate à corrupção nas organizações públicas.

Ainda em 2022, foi lançado o Plano Anticorrupção do Governo Executivo do Estado de Minas Gerais. Entre as ações estão quatro decretos estaduais que foram publicados para auxiliar no enfrentamento à corrupção no Estado. São eles: criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, compromisso de Ajustamento Disciplinar, conflito de interesses no Estado e vedação do nepotismo na administração estadual.